Legislação de Educação Especial

Decretos

<u>DECRETO No 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999.</u> - Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

<u>DECRETO № 3.956, DE 8 DE OUTUBRO DE 2001</u> – (Convenção da Guatemala) Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

Leis

<u>LEI Nº 8.859 DE 23 DE MARÇO DE 1994</u> - Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio.

<u>LEI No 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000</u> - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. <u>LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002</u> - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

Portarias

<u>PORTARIA Nº 1.793, DE DEZEMBRO DE 1994</u> – Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências. <u>PORTARIA Nº 319, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1999</u> - Institui no Ministério da Educação, vinculada à Secretaria de Educação Especial/SEESP a Comissão Brasileira do Braille, de caráter permanente.

<u>PORTARIA Nº 554 DE 26 DE ABRIL DE 2000</u> - Aprova o Regulamento Interno da Comissão Brasileira do Braille <u>PORTARIA Nº 3.284, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2003</u> - Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Aviso Circular

AVISO CIRCULAR Nº 277/MEC/GM, DE 08 DE MAIO DE 1996 — Dirigido aos Reitores das IES solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais.

Resolução

RESOLUÇÃO Nº 2 DE 11 DE SETEMBRO DE 2001 – CEB/CNE - Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.